



Ayres Britto: é preciso mudar a maneira de fazer as coisas no país

O ex-presidente do STF falará sobre "Ética e transparência nas relações com o setor público", no seminário que será promovido pelo jornal O Globo, na próxima segunda-feira.

Por que o exercício da ética é tão importante? Porque seu oposto, a corrupção — sobretudo a corrupção sistêmica, organizada e minuciosa —, tem sido um dos pontos de fragilidade estrutural do Brasil ao longo dos séculos. Quem define é o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ministro Carlos Ayres Britto, afirmando que a corrupção resulta em desfalques de "bens, dinheiros e valores públicos" (assim entre aspas, como as palavras aparecem na Constituição de 1988), deixando um déficit elevado para a sociedade e dificultando o desenvolvimento do país.

— Os valores públicos que escoam pelos ralos da corrupção são o que falta para o financiamento de serviços públicos e direitos sociais. Se as torneiras forem fechadas, vai sobrar dinheiro para tornar o povo brasileiro tão rico quanto é o país — diz o ministro, acrescentando que a corrupção é um dos conteúdos do patrimonialismo, também formado pelo desperdício irresponsável de dinheiro público e pelo corporativismo.

Para Ayres Britto, compatibilizar a riqueza do Brasil com a riqueza do povo exigirá mais do que um conjunto adequado de normas e boas instituições: é preciso mudar a maneira de fazer as coisas no país. A boa notícia é que, mesmo a um custo elevado para a sociedade, como incertezas econômicas e políticas, a democracia tem avançado junto com seus mecanismos de controle de desvios, estimulando mudanças de práticas antigas.

— A democracia não vence por nocaute, mas vem batendo muito mais do que apanhando, acumulando pontos a seu favor — ressalta o ministro.

Na opinião do economista Marcelo Neri, pesquisador do FGV Social, da Fundação Getúlio Vargas, a corrupção é uma questão de ética tanto



“

Os valores públicos que escoam pelos ralos da corrupção são o que falta para o financiamento de serviços públicos e direitos sociais. Se as torneiras forem fechadas, vai sobrar dinheiro para tornar o povo brasileiro tão rico quanto é o país.

Ayres Britto

O comportamento que leva pessoas a tolerarem a corrupção é o mesmo que as faz defender seu ganho individual, aumentando mais um preço e estimulando a inflação, por exemplo.

O prejuízo é para todos.

Marcelo Neri

”

quanto a desigualdade social e a inflação. Para ele, uma sociedade desigual, como a brasileira, tende a olhar menos para o outro.

— O comportamento que leva pessoas a tolerarem a corrupção é o mesmo que as faz defender seu ganho individual, aumentando mais um preço e estimulando a inflação, por exemplo. O prejuízo é para todos — afirma. Especialista em desigualdade de renda, Neri acredita que a educação é a política mais importante para promover mudança cultural/institucional capaz de alterar essa realidade no longo prazo.

PONTO DE INFLEXÃO

Na visão do ex-presidente do STF, o Brasil experimentou um ponto de inflexão histórico com a ação penal 470, conhecida como 'Mensalão', conduzida por ele. Nitidamente, destaca, o princípio republicano de que todos são iguais perante a lei (artigo 5 da Constituição) finalmente chegou para a lei penal, alcançando os criminosos e infratores de punhos de renda e colarinho branco.

— Está havendo superávit e não déficit no campo penal, sob os marcos da democracia, o que é muito animador — enfatiza.

A ética e a transparência são preceitos constitucionais. A ética aparece no artigo 37 da Constituição com o nome de 'princípio da moralidade'. É dever do Estado e é direito de todos os administradores e cidadãos verem a administração pública respeitando os conteúdos éticos das normas jurídicas. A transparência também é um eminente princípio republicano.

— Para garanti-la, existe o princípio constitucional da publicidade, que significa o poder atuando sob sol a pino, o administrador agindo à luz do dia, com toda visibilidade, para que os órgãos de controle saibam dos fatos em primeira mão e para que os cidadãos também controlem o setor público — ensina.

Para Ayres Britto, uma consequência importante dos processos recentes de investigação como 'Mensalão' e 'Operação Lava Jato' tem sido o aumento da eficácia do direito penal, sem prejuízo para o devido processo legal substantivo. Uma coisa não briga com a outra.

O problema não é a teoria, é a prática

O Brasil dispõe de um robusto arcabouço legal e instituições bem concebidas, na avaliação do ministro Ayres Britto. O que dificulta o combate à corrupção e às práticas de negócios antiéticas não é a teoria e sim a prática. Segundo ele, as leis e instituições precisam funcionar bem, ser fiéis às suas funções e às suas finalidades.

A Constituição brasileira dá poderes à sociedade para controlar os agentes públicos. Os princípios da legalidade, moralidade,

transparência e publicidade do Estado são, também, direitos de todos os administrados, de todos os cidadãos.

Empresas públicas, sociedades de economia mista e suas controladas são abrangidas pelo comando constitucional, tanto quanto as empresas privadas que tenham contratos com entes públicos.

— Ninguém escapa do princípio da moralidade administrativa, nenhum órgão, nenhuma entidade da administração pública.

As empresas privadas que têm contratos e relações jurídicas com órgãos e entidades da administração pública também estão sujeitas a fiscalizações diferenciadas, como, por exemplo, dos tribunais de contas e das agências reguladoras.

ALGUNS INSTRUMENTOS LEGAIS

• **Lei de Responsabilidade das Estatais** (Lei 13.303/2016), que estabeleceu novos padrões de governança e integridade, controle e transparência das empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

• **Código de Ética do Profissional do Setor Público Civil do Poder Executivo Federal** Criado pelo Decreto 1.171/1994, é um conjunto de princípios e fundamentos para estimular as empresas a se comprometerem com a ética.

• **Lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar 101/2000) é um código de conduta para gestores públicos, que passaram a ser responsabilizados por eventuais desvios cometidos.